

PT quer governo direto das massas

Plano é usar o orçamento participativo como ferramenta para pressão sobre o Congresso

Pablo Pereira
de São Paulo

Mudar a relação existente entre o governo e o parlamento por meio da mobilização de massas populares nas ruas para pressionar o Congresso em caso de resistências a projetos do Executivo e como escudo do mandato do novo presidente da República. O modelo, que desloca o eixo da democracia parlamentar representativa para um tipo de governo direto das massas deve estar entre os principais itens do programa em preparação pela comissão mista da frente de oposição.

O documento vai sustentar a chapa Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Leonel Brizola (PDT), candidatos a presidente e vice, e tem divulgação programada para depois da Copa. A previsão de divulgação foi feita ontem em São Paulo pelo economista Guido Mantega, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e assessor econômico de Lula.

Mantega disse que não há dúvida sobre a adoção por um eventual governo de Lula do orçamento participativo, modelo disseminado nas administrações municipais petistas. O economista afirmou que a vitória da frente de oposição levaria a uma nova aliança política entre governo e a

sociedade civil no País. Pelos cálculos da oposição, mesmo ganhando a eleição em 4 de outubro, Lula não teria maioria no Congresso para governar com tranquilidade. Diante desse quadro, o orçamento participativo funcionaria como uma ferramenta fundamental para definir prioridades nos investimentos do governo e no estabelecimento de políticas públicas. No caso de enfrentar resistências no Congresso, a saída seria repetir mobilizações populares para pressionar o parlamento — a exemplo da marcha, movimento organizado em abril do ano passado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que parou Brasília.

A marcha culminou com a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de receber uma comissão de dirigentes do MST e outras entidades. Mantega lembra ainda de mobilização preparada para protestar contra uma rejeição nas contas da ex-prefeita Luiza Erundina, hoje no PSB. Em 1991, a prefeita, eleita pelo PT, estava ameaçada de impeachment caso os vereadores não der-



Luiz Inácio Lula da Silva

rubassem uma decisão do Tribunal de Contas do Município que não aceitava sua prestação de contas. A Câmara terminou por derrotar o parecer do TCM e garantir a continuidade da prefeita no cargo.

“É uma outra modalidade de política”, resumiu Mantega. Para ele, o legislativo deve continuar participando da elaboração do orçamento

to, mas vigiado de perto pela sociedade civil. O assessor de Lula admite que há diferenças entre o que o partido experimenta hoje nos municípios que administra e a implantação do orçamento participativo em nível federal. “As diferenças são evidentes nos níveis de governo”, diz. “Mas o orçamento participativo funciona para abrir canais de convencimento”, argumenta. “Com isso teríamos um Congresso mais afinado com a sociedade civil”, declara.

No programa de governo do PT para a campanha eleitoral de 1994, o tema já havia sido tratado. no Capítulo 2º, página 11, “Política, cidadania e participação popular”, o texto diz que “o propósito de radicalizar a

democracia faz com que o PT coloque a participação popular como elemento tão importante quanto os mecanismos de democracia representativa”.

Na próxima segunda-feira, Lula deve anunciar um esboço do que será o plano de governo da frente de oposição. Mantega, que no final de maio antecipou a este jornal as principais linhas do programa, disse que não comenta o texto que está sendo escrito na comissão.

Fontes do partido, entretanto, afirmam que o manifesto deverá conter propostas contra o desemprego, com crescimento da economia acima de 5%, criação de pequenos bancos regionais para financiamentos com valores entre R\$ 500 e R\$ 20 mil. O PT quer ainda montar um programa de reforma agrária para assentar um milhão de famílias no campo, com a geração de cerca de 4 milhões de empregos.

O documento não deve tratar de assuntos considerados polêmicos nas reuniões com empresários, organizadas pelo partido. Devem ficar de fora do primeiro esboço as propostas para câmbio e taxas de juros. Mas entram reforma tributária, bolsa-escola, renda mínima e mutirão contra o analfabetismo.